

O ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR POR MEIO DO PROUNI: A PERSPECTIVA DE EGRESSOS DO CURSO DE DIREITO

Myriam Siqueira da Cunha¹
Stivie Sena Leston²
Vivianne Almeida³

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo compreender as experiências vividas por ex-bolsistas do Programa Universidade Para Todos (PROUNI). Trata-se de pesquisa qualitativa, do tipo fenomenológica hermenêutica. A coleta de dados deu-se por meio de entrevista em profundidade com egressos do curso de Direito de uma Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul. Para análise de dados, utilizou-se a abordagem seletiva, em conjunto com elementos das abordagens holística e detalhada. Os resultados indicam que o PROUNI amplia o acesso à educação superior no Brasil. Contudo, percebe-se a falta de políticas claras para permanência dos beneficiários no ensino superior, bem como em relação à qualidade da educação ofertada. Ademais, a fiscalização a esse Programa é falha, conjugada com critérios de seleção pautados na meritocracia, provoca a desvirtuação do Programa e faz com que o mesmo seja limitado no seu propósito de oferecer oportunidade a quem, de fato, se propõe.

Palavras-chave: Política de Educação. Educação superior. PROUNI.

INTRODUÇÃO

Entre as questões mais relevantes acerca da educação superior no Brasil, está a ampliação do acesso nesse nível educacional. Historicamente, estudantes com baixa renda enfrentam dificuldades consideráveis para ingressar nas instituições públicas. Os principais obstáculos que impedem essa camada da população de obter êxito nos processos seletivos são o número ainda reduzido de Instituições

1 Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). Doutora em Engenharia de Produção. E-mail: mscpel@gmail.com

2 Acadêmico de Psicologia da UCPEL – PIBIC/CNPq. E-mail: stivie.sena@hotmail.com

3 Psicóloga formada pela UCPEL – PROBIC/FAPERGS. E-mail: vivialmeida@hotmail.com

de Ensino Superior (IES) públicas, a elevada relação candidato/vaga, bem como a formação deficiente na educação básica da rede pública. Ademais, parcela significativa desses alunos não é concorrente às vagas do setor privado, devido à sua baixa condição financeira.

Por outro lado, cada vez mais é difícil distinguir uma educação que promova o desenvolvimento e os governos têm sido pressionados a apresentar alternativas que permitam o uso racional de recursos e beneficiem o maior número de cidadãos (SARAIVA; NUNES, 2011). No tocante às políticas de educação superior, Barbosa (2002) defende que as universidades têm papel decisivo na inclusão, promoção da participação e da autonomia de pessoas, permitindo distribuição mais igualitária desse direito.

Diante dessa realidade, teve início no governo Lula a reforma universitária que, de acordo com Mancebo (2004, p.80) “seria a edição de medidas que, a um só tempo, suprissem a necessidade de ampliação da rede de ensino superior e não implicassem gastos para a União”.

Nesse contexto, surge o PROUNI como Programa social de acesso à educação superior, visando à diminuição das desigualdades sociais com a inclusão de brasileiros nesse nível educacional. O Programa foi instituído pela Medida Provisória nº176 de 13/09/04 e regulamentado pelo decreto nº 5.245 de 15/10/04, constituindo-se como um Programa destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de 50 por cento para cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos.

Em seu primeiro ano de implantação – 2005 –, ofereceu cerca de 112.275 bolsas de estudos, sendo 64% integrais. No primeiro semestre de 2014 foram ofertadas 191.625 bolsas, 131.636 integrais e 59.989 parciais (SISPROUNI, 2015). O Programa é dirigido a estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos.

Nesse sentido, o PROUNI carrega diferentes expectativas e interesses por parte dos estudantes, instituições e governo. Pelo lado dos estudantes há a possibilidade de acesso à educação superior,

pelas instituições ocorre a redução da carga tributária, e para o governo a expectativa é de desenvolvimento do país pelo aumento de brasileiros na educação superior (SARAIVA; NUNES. 2011).

Desse modo, o PROUNI vem sendo amplamente discutido seja em razão de seus critérios de seleção, seja por sua efetividade e impactos na diminuição das desigualdades econômicas e raciais. No entanto, segundo Santos (2012), a experiência dos bolsistas ainda não recebe atenção necessária por parte dos pesquisadores e da mídia, considerando a magnitude do Programa. Nessa perspectiva, a presente investigação se reveste de relevância acadêmica à medida que consiste num olhar analítico sobre o PROUNI, como Política Educacional, problematizando sua proposta de inclusão acadêmica e social, pela compreensão aprofundada das suas repercussões no âmbito da vida social e cultural dos sujeitos contemplados pelo Programa e, nesse sentido, extrapolando questões estritamente teóricas e práticas.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo de abordagem qualitativa, optou-se pela pesquisa do tipo fenomenológica hermenêutica (VAN MANEN, 1990), uma vez que a principal preocupação foi compreender experiências vividas. É fenomenologia porque é estudo descritivo da experiência vivida, na tentativa de enriquecê-la pela descoberta do seu significado e, hermenêutica porque é o estudo interpretativo das expressões e objetivações da experiência vivida no esforço de determinar o significado nelas expresso (VAN MANEN, 1990).

Participaram do estudo quatro egressos do curso de Direito de uma Universidade Comunitária do Rio Grande do Sul. Foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: ter cursado a graduação na condição de bolsista integral, ser formado há pelo menos dois anos. Neste artigo, com o intuito de manter o sigilo dos participantes, eles serão tratados pelos nomes fictícios de Ana, Maria, Lúcia e Marcelo.

Os dados foram coletados por meio de entrevista individual realizada em três momentos distintos (SEIDMAN, 1998), sendo concebida como uma oportunidade de conversação, com a finalidade de compreender o fenômeno na perspectiva do entrevistado, considerando a realidade vivida e o que o sujeito dela percebe (PATTON, 1990; EVANS, 1999). A primeira etapa teve como

finalidade compreender o contexto da experiência dos participantes, com o foco principal na história de vida dos sujeitos. A segunda levou os participantes a reconstruir detalhes de sua experiência dentro do contexto em que ocorreram. A terceira e última objetivou estimular os participantes a refletir sobre o significado de sua experiência.

Os encontros foram registrados por meio de gravações e anotações durante e após a realização das entrevistas. A descrição da experiência vivida de cada sujeito foi realizada após as transcrições das entrevistas, focalizando os dados biográficos do entrevistado, as experiências e seus significados.

O processo de interpretação dos dados deu-se da seguinte maneira: os fenômenos estudados foram descritos em unidades de significados e temas, de modo que as estruturas da experiência dos sujeitos estudados fossem os temas fenomenológicos emergentes das unidades de significado. Para realizar o isolamento temático do fenômeno no texto, foi utilizada a abordagem seletiva proposta por Van Manen (1990), em conjunto com elementos das abordagens holística e detalhada. Dessa forma, a abordagem holística envolveu a apreensão dos significados que emergiram no texto como um todo. A abordagem seletiva foi usada para orientar a interpretação, o que compreendeu leitura e releitura do texto para identificar parágrafos e declarações marcantes que revelassem a experiência vivida. A abordagem detalhada permitiu entender o que uma simples frase ou sentença revelava sobre o fenômeno descrito. Nesse processo, foi utilizado como apoio um *Computer Aided Qualitative Data Analysis Software (CAQDAS)*, o NVIVO10.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ana, Maria, Lúcia, Marcelo e suas trajetórias

Na infância, Ana possuía poucos amigos fora do seu contexto familiar. Relata que procurava se manter afastada dos colegas da escola, pois não os considerava boas companhias. Considera-se caseira e religiosa. Refere que desde pequena desejava cursar Direito, sendo influenciada por seu tio, que é advogado. Ficou sabendo do PROUNI por meio da televisão. Atualmente, advoga e tem como meta ser aprovada no concurso para o Ministério Público do Trabalho.

Maria mudou-se de cidade e escola várias vezes durante a infância. Aos 12 anos, seus pais se divorciaram e ela passou a morar

com a mãe e os irmãos. Relata que era tímida, possuindo poucas amizades. Gostava de esportes, participando de equipes de futsal; vôlei e *handball*. Refere que desejava ter boas condições financeiras para ajudar a família. Conheceu o Programa por meio de um amigo e, após bom desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), inscreveu-se no processo seletivo do PROUNI para o curso de Direito, obtendo êxito.

Lúcia tem 30 anos e é natural de um município do interior do Rio Grande do Sul. Gostava de ir aos bailes da comunidade, e acompanhar os jogos do clube de futebol que o avô presidia. Antes de ingressar no curso de Direito, estudou Química; Enfermagem e Psicologia. Atualmente, advoga em escritório particular, sendo também servidora pública.

Marcelo refere que desde pequeno teve hábito de leitura, sendo estimulado pelos pais. Iniciou com o pai uma empresa distribuidora de gás, onde trabalhou até um ano depois de concluir o ensino médio. Foi aprovado em uma universidade no estado de Santa Catarina, onde residiu por um ano. Decorrido esse período, conseguiu transferir-se para uma universidade no interior do Rio Grande do Sul, situada próxima de sua cidade natal. Durante o período universitário, destacou as dificuldades financeiras para permanecer estudando e o sentimento de conquista após a conclusão do curso. Atualmente, trabalha em um escritório de advocacia e planeja cursar Comércio Exterior.

O significado da experiência vivida

Com base nas unidades de significado reveladas nas falas dos sujeitos, foi possível extrair a estrutura da experiência vivida pelos alunos egressos do curso de Direito. Nesse processo, emergiram seis unidades de significado: acesso à educação superior; mudança de vida; a questão da permanência; convivendo com as diferenças; qualidade das IES credenciadas pelo Programa; critérios de seleção e fiscalização das informações prestadas; articuladas pelo tema fenomenológico: possibilidades e limites do PROUNI.

Acesso à educação superior

No Brasil, o acesso à educação superior sempre foi privilégio de poucos. Dados da edição do Exame Nacional de Desempenho de

Estudantes (ENADE) realizada em 2004 revelaram que 70% dos estudantes das IES públicas, e 58,4% dos estudantes de IES privadas possuíam renda familiar de, pelo menos, 9,2 salários mínimos (GISI, 2006). Além da questão econômica, existe disparidade considerável quando se trata de etnias nas universidades brasileiras. Nesse sentido, informações fornecidas pelo Questionário Socioeconômico do Enade (QSE) indicam que o campus universitário brasileiro é 20% mais branco que a população em geral, sendo que em cursos com alta relação "candidato x vaga", essa porcentagem pode atingir até 32% (RISTOFF, 2014).

Nesse cenário, o PROUNI enquanto política pública tem como objetivo democratizar o acesso e investir na qualidade do ensino, visando à diminuição das desigualdades sociais com a inclusão de brasileiros na educação superior. Nessa perspectiva, beneficiou mais de 1,4 milhões de estudantes entre 2005 e 2014, representando impacto significativo na educação superior brasileira (SISPROUNI, 2015).

A vista disso, Almeida (2009) observou em seu estudo que para 38% dos bolsistas, o Programa significa a oportunidade de ingresso no ensino superior. Ainda, para 57% desses bolsistas a oportunidade de cursar a universidade é considerada como "sonho realizado". Dessa forma, Estacia (2009, p. 149), destaca a importância da bolsa na vida dos bolsistas, salientando "[...] o grande destaque dado a esse fato em suas vidas, pois é algo que parece estar marcando as suas histórias, ou seja, a oportunidade de fazer um curso superior".

Entre os sujeitos estudados, prevaleceu a ideia de que o Programa cumpre seu objetivo principal de proporcionar acesso ao ensino superior para pessoas com baixa renda, sendo esse o seu diferencial.

Foi um privilégio. Sem o PROUNI eu não teria me formado, foi muito bom [...] se tivesse que pagar eu não poderia estudar (Lúcia).

Eu tenho a plena consciência de que foi a minha chance de estudar em uma universidade muito boa (Maria).

As falas retratam o quanto o Programa é valorizado pelos beneficiários, visto que todos ressaltaram o fato de terem alcançado

acesso a um local que não teriam condições de frequentar sem o PROUNI.

Mudança de vida

Por sua vez, o acesso traz consigo uma série de oportunidades para os beneficiários do Programa. Nesse sentido, resultados de uma investigação realizada com 198 bolsistas de uma IES comunitária do Rio Grande do Sul, apontam para relações significativas entre empregabilidade, com 65,8% dos bolsistas trabalhando na sua área de formação; remuneração, 56,9% dos egressos obteve aumento de renda atuando na sua área de formação, entre outros aspectos que denotam impacto positivo na vida de egressos do PROUNI (FELICETTI; CABRERA; MOROSINI, 2014).

Nesta pesquisa, alguns sujeitos relatam o crescimento pessoal que obtiveram a partir do acesso à universidade.

Com certeza eu me modifiquei bastante. A faculdade acabou amadurecendo mais e meio que me empurrando a me comunicar mais, e lá sempre teve um bom espaço para isso, as pessoas sempre foram muito acessíveis [...] as pessoas com quem eu convivi, os professores que sempre foram exemplares, tudo isso acaba estimulando a pessoa a ter uma vida social mais preenchida (Maria).

Eu acho que em decorrência da universidade eu amadureci muito como pessoa, por todas as dificuldades que a gente passa como aluno, o acesso à informação [...] claro que o PROUNI foi um instrumento de ingresso na universidade a partir do momento que eu entrei na universidade ela começou a me proporcionar isso aí, o acesso à informação (Marcelo).

Não obstante, a formação universitária também proporciona para os beneficiários novas perspectivas econômicas.

Eu tenho o meu escritório, [...] tenho a pretensão de fazer concursos futuramente [...] tudo foi a partir dessa formação inicial que eu tive pelo PROUNI, hoje eu posso sonhar com várias carreiras que o diploma me proporciona (Lúcia).

[...] estou falando só da universidade e o que ela me proporcionou na minha vida particular, mas hoje eu tenho uma perspectiva econômica muito maior do que eu tinha anos atrás. Há cinco anos eu estava entregando gás, hoje eu estou trabalhando em um escritório com ar condicionado sentado em uma mesa (Marcelo).

Dessa maneira, entre as transformações sociais proporcionadas por um curso universitário, a formação superior representaria a possibilidade de ascensão social por meio do crescimento pessoal e profissional (FERREIRA, 2011), sendo ela um capital simbólico capaz de promover a ascendência social de seus portadores (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2012).

A questão da permanência

Todavia, a inclusão de estudantes com baixa renda em Instituições privadas, suscita dúvidas quanto à permanência deles na educação superior. Teriam os beneficiários do Programa capacidade de se manter no ensino superior? O fato de não pagar a mensalidade é o suficiente para garantir a permanência desses alunos em uma IES?

Estudos mostram que as dificuldades enfrentadas pelos bolsistas vão além do acesso, abrangendo também questões de permanências tais como transporte, alimentação, material escolar e didático, sendo que, não raramente, são esses os fatores responsáveis pelo trancamento da matrícula ou abandono do curso (SENA, 2011).

Corroborando a afirmativa acima, resultados de pesquisa realizada na PUC-RJ (SANTOS, 2012) mostram que em relação às dificuldades de permanência no ensino superior, as alternativas que tiveram maior percentual de escolha em todos os cursos foram "dificuldades para custear materiais", "alimentação e transporte" e "dedicação de tempo adequado aos estudos". Nesta pesquisa, os participantes relataram dificuldades para o custeio do material escolar, transporte, moradia e atividades extracurriculares.

Talvez pudesse ter uma cobertura maior, para custear xérox, isso seria interessante também, porque eu imagino que do tanto que eu gastava devia ter gente que realmente não tinha condições de arcar com isso.

De arcar com atividades extracurriculares que tu tens que estar viajando e pagando (Maria).

De repente a pessoa poderia até entrar em uma universidade iludida que não vai pagar nada e depois acabar se vendo numa situação bem ruim com esses outros gastos e se enxergar como inferior em relação aos colegas que tem maior poder aquisitivo (Ana).

Dessa forma, percebe-se a partir das sugestões feitas pelos sujeitos desta pesquisa e das dificuldades relatadas por bolsistas de outros estudos (SANTOS, 2012; SENA, 2011), a necessidade da criação de planos complementares ao PROUNI que auxiliem na manutenção dos estudantes no ensino superior. Além disso, indaga-se sobre o fato de a bolsa de estudos ser suficiente para garantir a inserção, permanência e conclusão desses estudantes no ensino superior, haja vista que as condições financeiras dos bolsistas implicam em dificuldades de permanência na educação superior.

Convivendo com as diferenças

Outro obstáculo enfrentado pelos bolsistas são os desdobramentos oriundos das diferenças socioeconômicas vivenciadas por eles, tendo em vista que ao proporcionar para pessoas com baixa renda o acesso à rede privada de ensino superior - que até a criação do programa, era viável apenas para uma parcela de pessoas com maior capacidade aquisitiva -, verifica-se a mescla de diferentes classes sociais e as inerentes diferenças, que exercem impacto na experiência universitária dos alunos PROUNI.

De acordo com Santos (2012), as diferenças econômicas são vividas de forma intensa pelos bolsistas, acarretando no distanciamento entre alunos pagantes e não pagantes. Dessa forma, mesmo que não haja discriminação propriamente dita, existe uma barreira socioeconômica que limita a interação entre bolsistas e não bolsistas.

O exposto acima é observado nesta pesquisa pelas seguintes falas:

Não me sentia muito enturmada, não sei o porquê (...) é que as pessoas eram muito diferentes [...] costumes, a

parte financeira também. Isso foi uma coisa que pesou bastante [...] não tratavam diferente. Mas eu não quis me aproximar porque as pessoas eram muito diferentes de mim, não eram o tipo de pessoas que eu ando aqui fora e acho que esse foi o fator que influenciou (Maria).

Eu achei um ambiente bem diferente do que eu era acostumada na escola, pessoas bem diferentes também, mas bom [...] eu era acostumada com pessoas mais pobres. Lá a maioria eram pessoas com um nível de vida mais alto e isso foi um pouco diferente (Ana).

Nessa direção, Bourdieu e Champagne (2012) nos auxiliam a pensar que a ampliação do acesso é insuficiente para superação das condições sociais dos estudantes. A diminuição das barreiras formais de acesso permite que os mais desfavorecidos estejam dentro do sistema, contudo, eles não vivenciam real superação das condições de desigualdade, uma vez que não possuem os mecanismos necessários (capital cultural) para decodificar os códigos escolares.

Desse modo, o sistema de ensino torna-se amplamente aberto a todos e reservado para poucos, reproduzindo falsa noção de democratização. Essa forma de exclusão que ocorre no interior da escola reveste-se de um caráter brando, haja vista que é imperceptível, gradual e sutil, insensível tanto para quem exclui como para quem é excluído (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 2012).

Qualidade das IES credenciadas pelo Programa

Sena (2011) aponta a falta de controle da qualidade das IES que oferecem vagas para o PROUNI, como principal argumento utilizado pelos opositores do Programa. A vista disso, o Sindicato Nacional de Dirigentes do Ensino Superior (Andes) se manifestou em dezembro de 2004, dizendo que:

O PROUNI, além da volumosa isenção fiscal, garante uma “reserva de mercado” para as instituições privadas de baixa qualidade que vêm perdendo espaço no mercado. Desloca o acesso dos jovens de baixa renda da universidade pública para os escolões de 3º grau

privados, notadamente por meio dos iníquos cursos sequenciais de formação específica que fornecem um certificado de formação superior e não um diploma de graduação (Andes apud SENA, 2011, p. 101).

A preocupação com a qualidade das universidades contempladas pelo Programa também emergiu na fala dos sujeitos deste estudo.

Necessita que haja uma contrapartida das universidades também, de proporcionar cada vez mais qualificação para os alunos que se favorecem do PROUNI [...] e não ser apenas uma forma de isenção fiscal. (Ana).

Eu fui para a universidade lá em Santa Catarina, era uma universidade nova [...] ainda não tinha um embasamento sabe, recém estava começando a se estruturar e eu cursei três semestres lá e comecei a achar que a universidade era meio fraca, eu me dei conta que na universidade de lá eu ia me formar muito fraco, não eram as mesmas exigências que eu estava acostumado aqui. A primeira vez que eu cheguei aqui na universidade foi uma diferença total. Parecia mais amplo, as estruturas, professores. (Sobre a transferência de um centro universitário para uma universidade comunitária) (Marcelo).

Nesse cenário, dados fornecidos pelo SISPROUNI (2015) mostram que 57% das instituições credenciadas pelo PROUNI são instituições com fins lucrativos, e apenas 17% das instituições são entidades beneficentes de assistência social. Nessa perspectiva, a rede privada de ensino no Brasil era composta por 85 universidades, 129 centros universitários e 1898 faculdades no ano de 2012 (INEP, 2015). As principais diferenças que marcam esses três tipos de instituições são aspectos como Programas de Iniciação Científica, Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, titulação do corpo docente e estrutura física das IES.

Da mesma maneira, observa-se a existência de “instituições com patamares diferentes de qualidade e estudantes com formação de qualidade muito distinta” (ABDAL; NAVARRA, 2014, p.87). Essa condição legitima as diferenças socioeconômicas dos estudantes, uma vez que as vagas mais concorridas permanecem acessíveis

apenas para aqueles com melhores condições financeiras, de modo que os mais pobres enfrentam grandes barreiras para o acesso a cursos e IES mais conceituados (ABDAL; NAVARRA, 2014).

Ainda, percebe-se a falta de políticas claras no que se refere à qualidade de ensino ofertado pelo Programa, assim como a concentração dos cursos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, o que, por sua vez, "concorre para uma relativa precariedade e insuficiência da experiência de Ensino Superior" (ABDAL; NAVARRA, 2014, p.87).

Crterios de seleção e fiscalização das informações prestadas

Outro ponto que merece destaque é a fiscalização e o acompanhamento das informações prestadas pelos candidatos, assim como a fidedignidade das mesmas. Nesse cenário, vale salientar que, em 2009, a comissão responsável pela fiscalização do Prouni cancelou 1766 bolsas devido a denúncias de fraude. Na época, a comissão apontou que 39 alunos do Programa possuíam veículos de luxo (MEC, 2015).

Nessa direção, os participantes desta pesquisa relatam a convivência com bolsistas de elevada condição financeira, fato que contribui para a desvirtuação do Programa.

Eu estou vendo muita gente que eu conheço e que tem uma condição de vida bem elevada colocando no Facebook "Bixo – Prouni"[...] nunca me perguntaram se meus pais estavam ganhando mais ou menos, se tinha mudado alguma coisa [...] durante o curso poderia acontecer de eu ter melhorado ou piorado, mas ninguém ficou sabendo [...] eu via o Programa como um meio de inclusão de quem não tinha condições mesmo, ai depois tu vê essas pessoas que poderiam pagar entrando enquanto alguns que não tem condições ficam de fora (Ana).

De acordo com os dados desta pesquisa, não menos importante é a revisão dos critérios de seleção do Programa, que permite que candidatos oriundos da rede privada disputem vagas com alunos egressos da rede pública.

Em escolas públicas a gente sabe que o ensino não é tão bom como é nas escolas particulares [...] ele

(PROUNI) tem que ser voltado para aqueles que realmente cursaram ensino público e que merecem ter a oportunidade de cursar uma universidade se não conseguirem entrar em uma federal (Marcelo).

Desse modo, cabe ressaltar que o sistema de seleção do PROUNI reforça a desigualdade na concorrência por uma bolsa de estudos, tendo em vista que privilegia a meritocracia e as capacidades individuais (CATANI; OLIVEIRA, 2003) e, dessa forma, torna possível o acesso apenas para aqueles que têm as condições necessárias para se prepararem e/ou possuem boa base escolar. "Assim, os beneficiados são aqueles candidatos preparados, aqueles que tiveram oportunidades educacionais, portanto, os que possuem capital social e cultural" (GISI, 2006. p. 6).

Corroborando essa visão, resultados de uma pesquisa realizada com 50 bolsistas destacam as diferenças entre bolsistas alocados nas universidades mais prestigiadas do estado de São Paulo, em relação aos matriculados nas instituições menos prestigiadas, com baixa relação candidato/vaga.

Enquanto os primeiros são, em sua maioria, jovens com idade entre 18 e 24 anos, moradores dos bairros mais próximos do centro paulistano e filhos de pais com formação universitária, o segundo grupo habita regiões periféricas da cidade, sendo filhos de pais com baixa escolaridade, migrantes da zona rural. Não obstante, foi verificado que apenas os bolsistas de IES mais prestigiadas possuíam cursos extracurriculares ligados a práticas culturais, tais como arte e música (ALMEIDA, 2015).

Portanto, observa-se que a fiscalização falha, conjugada a critérios de seleção pautados no ideário das capacidades individuais e na meritocracia (CATANI; OLIVEIRA, 2003), provoca a desvirtuação do Programa e faz com que ele adquira limitação considerável no que se refere ao fato de oferecer a oportunidade a quem, de fato, se propõe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado em 2004 pelo governo Lula, sendo uma iniciativa do governo federal que visava à diminuição das desigualdades sociais com a inclusão de brasileiros na educação superior.

A sua formulação foi recheada de reviravoltas legislativas, em que o governo cedeu às pressões feitas pelas mantenedoras das Instituições de Ensino Superior Privadas (IESP), em detrimento das necessidades das camadas populares. Nesse sentido, quase todas as mudanças limitavam os direitos estudantis à medida que aumentavam os benefícios concedidos às IESP (SOUZA; MENEZES, 2014).

Inicialmente, para cada nove alunos pagantes, a IESP deveria ofertar uma bolsa integral gratuita. Posteriormente, essa regra foi alterada, sendo instituído que deveria ser ofertada uma bolsa integral para cada 19 alunos pagantes. Alternativamente, as IESP poderiam ofertar uma bolsa integral para cada 22 alunos pagantes, e oferecer quantas bolsas parciais fossem necessárias para que se atingisse o percentual de bolsas de 8,5% do faturamento total da IESP com seus cursos de graduação (SOUZA; MENEZES, 2014).

Com essa concepção e trajetória, o Programa efetivou-se como mecanismo ineficiente no que se refere à promoção da inclusão social, contribuindo consideravelmente para a continuidade da estratificação social existente, com os mais favorecidos tendo acesso à educação superior de qualidade, enquanto os "populares" são inseridos prioritariamente em instituições de qualidade mediana (CATANI; HEY; GILIOLI, 2006). Nesse cenário, ressalta-se que 57% das instituições contempladas pelo Programa são estabelecimentos com fins lucrativos, e apenas 17% das instituições são entidades beneficentes de assistência social (SISPROUNI, 2015).

Concomitante a essa problemática, observa-se, algumas vezes, o sistema falho de fiscalização com relação às informações prestadas pelos candidatos, bem como um sistema de seleção que privilegia aqueles indivíduos que têm condições de se preparar e/ou possuem boa base escolar (GISI, 2006).

Outro ponto de destaque são as dificuldades encontradas pelos bolsistas para permanência na universidade (SENA, 2011; SANTOS, 2012), uma vez que o Programa proporciona apenas o acesso, desprezando as despesas decorrentes de fatores como material escolar, transporte e alimentação.

Não obstante, verifica-se que o Programa opera minimizando as deficiências da rede pública de ensino básico e, desse modo, insere, na maior parte das vezes, os estudantes em instituições

de ensino de qualidade duvidosa, ou, ainda, em espaços onde se estabelece um campo de exclusão, com o distanciamento entre bolsistas e pagantes.

Destaca-se também a falta de informações a respeito das taxas de evasão de bolsistas, bem como o desempenho acadêmico e o número de concluintes, tendo em vista que o Ministério da Educação (MEC) disponibiliza apenas dados referentes ao número de bolsas ofertadas. Uma nova tipologia de informações poderia fornecer elementos para que novos estudos fossem realizados com o intuito de compreender melhor o Programa e suas nuances.

Por fim, percebe-se a inexistência de políticas claras para permanência dos beneficiários na educação superior, bem como em relação à qualidade da educação ofertada. O PROUNI foca-se no acesso à educação superior e, dessa forma, por meio das isenções fiscais concedidas às IES, beneficia mais o setor privado que os bolsistas.

THE ACCESS TO THE HIGHER EDUCATION THROUGH PROUNI BY THE PERSPECTIVE OF LAW FORMER STUDENTS

ABSTRACT

This research aimed to comprehend the experiences lived by ex-fellows of the University For All Program (PROUNI). This is a qualitative research, of a phenomenological-hermeneutic kind. The collection of data was given by means of depth interview with the Law former students from a communitarian university of Rio Grande do Sul. To analyze the data, a selective approach was utilized, together with elements of holistic and detailed approaches. The results indicated that the PROUNI enlarges the access to higher education in Brazil. However, a lack of clear policies to the continuity of the beneficiaries in the higher education is noticed, as well as in relation to the quality of the supply. Furthermore, the insufficient monitoring, together with selection criteria guided by the meritocracy, provokes the distortion of the Program, and make it limited in its purpose of offering opportunity to whom, in fact and in rights, opposes to it.

Keywords: Education policy. Higher education. PROUNI.

REFERÊNCIAS

ABDAL, Alexandre; NAVARRA, Julia. "Uni por Uni, eu escolhi a que era do lado da minha casa": deslocamentos cotidianos e o acesso, a permanência e a fruição da universidade por bolsistas do ProUni no Ensino Superior privado. *Novos Estudos - Cebrap*, São Paulo, n. 99, p.65-87, jul. 2014.

ALMEIDA, Maria Aparecida de. *Universidade para todos: o ProUni na visão dos bolsistas de uma instituição de ensino superior*. 2009. 121 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2009.

ALMEIDA, Wilson Mesquita de. Os Herdeiros e os bolsistas do ProUni na cidade de São Paulo. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 36, n. 130, p.85-100, 2015.

BOURDIEU, Pierre; CHAMPAGNE, Patrick (2012). Os excluídos do interior In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Horas). *Escritos da Educação*. Petrópolis: Vozes, 14^a ed., 2012.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsas_ofertadas_ano.pdf>. Acesso em: 23 de agosto de 2015a.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_categoria_administrativa_da_ies.pdf> Acesso em: 23 de agosto de 2015b.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>> Acesso em: 23 de agosto de 2015c.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às instituições de ensino superior? *Educar*, Curitiba, n. 28, p.125-140, 2006.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. Acesso e permanência no ensino superior: capacidades, competição e exclusão social. In:

SEVERINO, A J.; FAZENDA, I. C. A (Orgs). *Políticas educacionais: o ensino nacional em questão*. Campinas: Papyrus, 2003.

ESTACIA, Maria Aparecida. *Alunos do ProUni da Universidade de Passo Fundo: trajetórias, percepções/sentimentos e aproveitamento acadêmico*. 2009. 239 f. Dissertação (Mestrado em educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

EVANS, R. *The pedagogic principal*. Canadá, Alberta: Qual Institute Press, 1999.

FELICETTI, Vera Lucia; CABRERA, Alberto F.; MOROSINI, Marília Costa. Aluno ProUni: impacto na instituição de educação superior e na sociedade. *Revista Iberoamericana de Educación Superior*, México, v. 5, n. 13, p.25-39, maio 2014.

O acesso à Educação Superior por... - Myriam Siqueira da Cunha

FERREIRA, Karin Terrel. PROUNI: trajetórias. 2011. 166 f. Tese (Doutorado em educação) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2011.

GISI, Maria Lourdes. A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência. *Revista Diálogo Educacional*, v. 6, n. 17, jan./abr., 2006, p. 97-112.

MANCEBO, D. Reforma universitária: reflexões sobre a privatização e a mercantilização do conhecimento. *Educação e Sociedade*, Campinas, SP, v. 25, n. 88, p. 845-866, out. 2004. Número especial.

PATTON, M. Q. *Qualitative evaluation and research methods*. Newbury Park: Sage, 1990.

RISTOFF, Dilvo. O novo perfil do campus brasileiro: uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, v. 19, n. 3, p.723-747, nov. 2014.

SANTOS, Clarissa Tagliari. Ações afirmativas no ensino superior: análise do perfil socioeconômico e da experiência universitária de bolsistas do ProUni na Puc-Rio. *Rer. Bras. Estud. Pedagog.* v. 93, n. 235, Brasília, set./dez. 2012.

SARAIVA, Luiz Alex Silva; NUNES, Adriana de Souza. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso ProUni. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 45, n. 4, p.941-964, jul./ago. 2011.

SEIDMAN, Irving. *Interviewing as Qualitative Research*. 2nd ed. Teachers College, Columbia University, 1998.

SENA, Eni de Faria. Estímulo, acesso, permanência e conclusão no ensino superior de alunos bolsistas do programa universidade para todos (PROUNI): contribuições para o enfrentamento do processo de inserção. 2011. 232 f. Tese (Doutorado em educação) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

SOUZA, Márcio Rodrigo de Araújo; MENEZES, Monique. Programa Universidade para Todos (PROUNI): quem ganha o quê, como e quando? *Ensaio: Aval. Pol. Públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 84, p.609-634, jul./set. 2014.

VAN MANEN, M. *Researching lived experience: human science for an action sensitive pedagogy*. London, Ontario, Canada. The Althouse Press, State University of New York Press, 1990.

Aprovado em dezembro de 2015

Publicado em abril de 2016